

[124]

Males independentes

28-01-02

[A diminuição da desigualdade não significa, necessariamente, o fim da pobreza]

[O crescimento econômico pode até aumentar as disparidades sociais]

Achar que pobreza e desigualdade caminham juntas é um equívoco bem freqüente, mesmo entre economistas, sociólogos ou cientistas políticos. Talvez porque confundam seus desejos com a realidade. Todos querem que a diminuição da pobreza também reduza a desigualdade de renda. Mas nem sempre lembram que a primeira pode ocorrer sem que algo de parecido aconteça com a segunda. A desigualdade pode até piorar enquanto cai a pobreza. Não é raro que um crescimento econômico contínuo, que eleve o nível de renda de todas as camadas da população, mantenha ou aumente as disparidades entre pobres e ricos, entre mulheres e homens, entre brancos e negros, entre rurais e urbanos, entre regiões, etc. Daí porque é preciso prestar muita atenção no abismo que separa o lema “tudo contra a desigualdade” do menos ambicioso “progresso para todos”, presentes no discurso que firmou a candidatura de José Serra à presidência.

A desigualdade é osso muito duro de roer. Ela só diminui aos poucos, se for submetida a uma árdua, ferrenha, incessante e paciente ofensiva social. Depende muito mais de uma infinidade de mudanças institucionais do que do crescimento econômico, por mais forte que seja. Principalmente porque 1% de aumento da renda per capita tem um impacto sobre a redução da pobreza que pode variar de 1 a 5%. Ou muito mais de 5% se o critério de aferição da pobreza não estiver aprisionado apenas à renda, mas incluir, por exemplo, a expectativa de vida. O desempenho do crescimento econômico como redutor da pobreza é determinado pelas maneiras como seus frutos são aproveitados. E essas maneiras são condicionadas por um imenso conjunto de regras formais e informais, que vão da Constituição ao mais simples dos costumes ou tradições, passando, é claro, pela distribuição dos direitos de propriedade, ou pelas transferências de renda operadas por todas as esferas governamentais.

Esse “detalhe” não deve ser esquecido quando se invoca o fato de o Brasil já ter atingido capacidade produtiva e nível de renda bem superiores aos que tinham as nações asiáticas no início do processo que lhes permitiu reduzir a pobreza de mais de 60% a menos de 10% da população, no período de uma só geração. Todos os estudos sobre a história econômica desses países constataram que foram justamente as sociedades que no início do processo já eram as menos desiguais as que melhor sustentaram e aproveitaram o crescimento econômico. Mais do isso: concluem que a sustentação do crescimento esteve vinculada à menor desigualdade no acesso a dois ativos cruciais: educação e propriedade fundiária. Além de aumentar o efeito do crescimento sobre a redução da pobreza, essa dupla democratização econômica também teve o poder de turbinar o próprio crescimento.

Não é novidade para ninguém que o ponto de partida do Brasil é diametralmente oposto, já que suas desigualdades são das mais aberrantes. Pior, há por aqui um recorrente dilema entre a vontade de reduzir desigualdades e a razão econômica. A queda da taxa de emprego, por exemplo, é uma das mais flagrantes manifestações de aumento da desigualdade. Mesmo se fosse possível compensar a perda de renda dos desempregados, isso não eliminaria seus impactos sobre a vida dessas vítimas e de suas famílias. São abundantes as evidências sobre a abrangência desses impactos, entre os quais há meia dúzia que nunca será demais repetir: dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez, perturbação das relações familiares e da vida social, e acentuação das assimetrias entre os sexos. Por isso, nada combinaria mais com o lema “tudo contra a desigualdade” do que

apontar a vasta artilharia das políticas governamentais para o aumento do nível de emprego. Todavia, a urgência de se obter um megassuperávit na balança comercial, como âncora para a retomada do crescimento, exigirá prioridade de atenção aos mais modernos complexos industriais que, infelizmente, são os que menos criam empregos: eletrônico, químico, automobilístico, plástico, farmacêutico, siderúrgico e bens de capital. Só depois se pensará na indústria alimentar ou calçadista, nas quais a expansão produtiva cria duas vezes mais empregos do que o faz nos citados complexos. Só depois se pensará na agropecuária, em que a expansão produtiva cria três vezes mais empregos do que o faz nos complexos modernos. Só depois se pensará no ramo de artigos do vestuário, em que a expansão produtiva cria quatro vezes mais empregos do que o faz nos tais complexos.

Deve-se concluir, então, que não há alternativa ao conformismo com um crescimento que reduzirá a pobreza, mas que será inócuo ou perverso quanto às desigualdades? Ao contrário. Desde que se tenha bem presente que a diminuição da pobreza não engendra por si só a redução das desigualdades, muita coisa pode e deve ser feita para mudar as instituições que as perpetuam. Mas esta é uma outra história, que fica para uma outra vez.

José Eli da Veiga é professor titular da FEA-USP e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS).

www.fea.usp.br/professores/zeeli/